



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 3896 – Jardim Larsen  
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR  
(43) 3378-0008 – e-mail: [cmaslondrina@gmail.com](mailto:cmaslondrina@gmail.com)

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Data: 13 de abril de 2022.**

1 Aos treze dias do mês de abril de 2022, em decorrência da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus –  
2 COVID 19, e a impossibilidade temporária de realização de reuniões presenciais, foi realizada reunião  
3 ordinária deste Conselho de Assistência Social por meio de videoconferência, utilizando a plataforma  
4 google.meet. Participaram da presente reunião os seguintes conselheiros e conselheiras: Jacqueline Marçal  
5 Micalí, Gisele de Cássia Tavares, Rosemeiri Félix de Barros, Adriana da Cruz Barrozo, Ligia Fukahori,  
6 Nayana Kathrin Tanaka, Luis Alberto Maccagnan, Marcílio Ronaldo Garcia, Débora Campos Pereira, Rosely  
7 Sonoda Gomes, Martinha Clarete Dutra, Fernanda Senerário, Carlos Antônio Delfino, Juliana de Meira,  
8 Marcia Gonçalves Valim Paiva, Carlos Alberto de Souza e Silva, Glaziane Leonor Martins da Silva, Thaís  
9 Ayres da Silva, Vitor Hugo de Oliveira Paiva, Ana Carolina Ferreira, Adriana de Jesus de Azevedo, Aline  
10 Tassiara Marques da Cunha, Adriana Aparecida Perri Vital, André Luís Barbosa, Suelvya Andlieza Palasson  
11 de Oliveira. Também estiveram presentes os seguintes participantes: Jesania Pacheco Jacomo, Daniel Soares,  
12 Célia Vane Araújo Bortoli, Aldenir Alves, Luana Campos, Suelen Lopes dos Santos, Andrea Cristina Santos,  
13 Simone Navarro, Erika de Oliveira Xavier, Maria Eduarda Americo Alexandre. Transcorrido o tempo para a  
14 segunda convocação, a Primeira Secretária Ana Carolina Ferreira, deu início à reunião às 08h30, saudando  
15 os presentes e submeteu a seguinte pauta à deliberação da plenária: 1. Apresentação e aprovação da pauta; 2.  
16 Aprovação de Atas; 3. Apresentação de Edital de Chamamento Público e Aditivo da Proteção Social Básica;  
17 4. Apresentação dos Planos de Ação dos Pisos Paranaense de Assistência Social-FEAS; 5. Apresentação do  
18 Incentivo Emergencial para crianças e adolescentes ameaçados de morte; 6. Relato sobre OSC Morada de  
19 Deus; 7. a) Relato referente reunião Descentralizada do CEAS-Umuarama; b) Relato referente participação  
20 no estudo de caso - Ministério Público, referente acolhidos da OSC Casa do Bom Samaritano; 8. Relato de  
21 Comissões. A pauta foi aprovada sem alterações. Na sequência, Ana Carolina informou que a ata de 01/12/21  
22 havia sido encaminhada para leitura prévia dos conselheiros. A ata foi aprovada sem alterações. Passou então  
23 para o ponto 3. Apresentação de Edital de Chamamento Público e Aditivo da Proteção Social Básica,  
24 passando a palavra para a secretária Jacqueline, que contextualizou que a secretaria está desde 2019  
25 aumentando as metas do SCFV, que em 2021 além da ampliação das metas houve o alinhamento dos valores,  
26 afim de aumentar a proteção. Colocou que a Inclusão Produtiva modalidade I também foi repensada, sendo  
27 que a proposta é dobrar o número de metas e um aumento de 15% no valor. Ressaltou que houve a discussão  
28 coletiva a partir de um direcionamento, entre todos os parceiros que executam os serviços e os diretores e  
29 gerentes da SMAS e agradeceu a participação de todos nesse processo de fortalecimento da assistência social.  
30 Luis Alberto Maccagnan, que está respondendo pela Diretoria de Proteção Social Básica colocou que as  
31 apresentações serão realizadas pelo Marcílio, gerente de Inclusão produtiva e pela Adriana Barrozo, da



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 3896 – Jardim Larsen  
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR  
(43) 3378-0008 – e-mail: [cmaslondrina@gmail.com](mailto:cmaslondrina@gmail.com)

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

32 gerência de garantia de direitos à criança e ao adolescente. Marcílio iniciou a apresentação da proposta de  
33 aditivo do projeto de inclusão produtiva modalidade I: qualificação socioprofissional – formação e  
34 capacitação. A proposta é de ampliar o número de metas de 250 para 500 e valor de R\$ 87,00 para R\$ 100,00,  
35 totalizando um custo mensal de R\$ 50.000,00. Está sendo incorporado na ampliação o recurso remanescente  
36 do ACESSUAS, com isso serão aditivadas no projeto as seguintes ações: Oficinas do ACESSUAS realizadas  
37 em conjunto com os cursos livres, isto é, compondo a grade do curso, avançando tanto no aprimoramento do  
38 ACESSUAS quanto do projeto; 2 cursos descentralizados por trimestre, totalizando 08 por ano; e o  
39 desenvolvimento dos cursos livres na unidade localizada na Rua Guararapes. O presidente da OSC Clube das  
40 Mães Unidas, Carlos Alberto, que executa o projeto, colocou que para chegar nesses números, houve um  
41 trabalho conjunto da SMAS e da OSC, onde identificaram que muitas salas ficam ociosas em alguns períodos.  
42 Além disso, já houve em outros momentos a experiência do trabalho descentralizado e foi muito positivo.  
43 Gisele fez a consideração de que foram feitas algumas inserções no orçamento da secretaria que estão  
44 permitindo esses aportes que são grandes conquistas para a assistência social. Destacou que houve uma  
45 grande dificuldade na execução do ACESSUAS no formato inicial, mas que com as novas diretrizes foi  
46 possível integrar o que está previsto para a inclusão produtiva com os propósitos do ACESSUAS. A secretária  
47 Jacqueline reforçou a importância do compromisso da OSC com o serviço, mencionou o novo espaço na rua  
48 Guararapes, que a prefeitura está reformando para que a inclusão produtiva possa utilizar o local. A  
49 conselheira Márcia colocou que é muito importante para o município e para os usuários buscar novas  
50 estratégias e avançar em quantidade e também em qualidade e parabenizou toda a equipe pelo trabalho. Todos  
51 os conselheiros presentes votaram favoráveis ao aditivo, ficando assim aprovado. Em seguida, Adriana  
52 Barrozo iniciou a apresentação da proposta de Edital de chamamento público do SCFV, mencionando que  
53 foi discutido a ampliação de metas e o reordenamento do formato do serviço. Em relação à metodologia, a  
54 proposta é de revisão das modalidades, alinhamento dos conteúdos e das estratégias de intervenção.  
55 Atualmente, o serviço conta com duas modalidades, a modalidade I de 6 a 13 anos e a modalidade II de 14 a  
56 17. Para o próximo edital a proposta é de uma nova configuração, sendo a modalidade I de 6 a 11 anos, a  
57 modalidade II de 12 a 14 e a modalidade III de 15 a 17, considerando os interesses das crianças e adolescentes,  
58 a nova realidade das questões tecnológicas, a necessidade de adaptação dos conteúdos e a necessidade de  
59 aproximação ao mundo do trabalho. Nessa configuração, a modalidade I e II permanecem com a frequência  
60 diária, chamada de integral, e a modalidade III trabalharia com a frequência de duas vezes na semana,  
61 chamada parcial, levando em consideração a própria frequência dos adolescentes no serviço e os interesses  
62 em outras ofertas, como os próprios cursos livres que ocorreram no Clube das Mães, que atende a partir dos  
63 16 anos. Quanto à ampliação de metas, colocou que foi trabalhado de acordo com o perfil de crianças e



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 3896 – Jardim Larsen  
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR  
(43) 3378-0008 – e-mail: [cmaslondrina@gmail.com](mailto:cmaslondrina@gmail.com)

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

64 adolescentes inseridos no sistema Irsas, a demanda da central de vagas e as possibilidades de ofertas pelas  
65 OSCs inscritas no CMAS que estão nos territórios. Na modalidade I e II as metas estão distribuídas em todos  
66 os territórios, inclusive na rural. Destaca-se um número maior de metas centralizadas na modalidade II já que  
67 há a possibilidade de deslocamento dos adolescentes e concessão de vale transporte. A meta urbana é de R\$  
68 202,04 e da rural de R\$ 358,60, considerando a especificidade do território. Na modalidade III, o valor da  
69 meta urbana é R\$ 131,33, das metas rurais R\$ 233,09 e das metas para atendimento no assentamento Eli Vive  
70 R\$ 280,00. Não são todos os territórios que possuem a oferta, mas tem 1000 metas de abrangência municipal.  
71 Considerando a particularidade do Eli Vive, está na modalidade III mas a faixa etária pode ser de 12 a 17.  
72 Por fim, informou que atualmente são executadas 3645 metas e que na nova proposta serão 5593, distribuídas  
73 2488 na modalidade I, 1355 na modalidade II e 1750 na modalidade III, passando o investimento mensal de  
74 R\$ 767.747,14 para R\$ 1.101.422,47. Citou ainda que houve um diálogo com todas as OSCs e a proposta foi  
75 bem aceita. A secretária Jacqueline ressaltou a importância da condução de Adriana nesse processo, que é  
76 um grande desafio, mas um grande desejo da gestão de alinhar a política pública e de dialogar com aquilo  
77 que está acontecendo na sociedade, principalmente em relação à educação formal e não formal, projeto de  
78 vida e as habilidades socioemocionais, formando o protagonismo a partir de um diálogo contemporâneo. A  
79 conselheira Márcia ratificou que o parecer da comissão de fundo foi favorável e que numa perspectiva  
80 técnica, em relação às frequências, ofertas, novos formatos de escolas e outras ações é uma realidade de quem  
81 atende e acompanha as crianças e adolescentes, que tem vivenciado esses impactos que remetem à questão  
82 da alimentação, vulnerabilidades, da intensificação da exclusão com a tecnologia da informação e que as  
83 metodologias tem que reconhecer a comunidade, o território e as demandas dos usuários, para atingir os  
84 objetivos do serviço de forma mais avançada para o fortalecimentos dos vínculos. Colocou que é muito  
85 importante a participação da SMAS nas articulações dentro da política e intersetorial, principalmente para a  
86 modalidade III. Ana Carolina colocou então a proposta de edital para votação. Sem manifestações contrárias,  
87 foi aprovado. Na sequência, introduziu o ponto 4. Apresentação dos Planos de Ação dos Pisos Paranaense de  
88 Assistência Social-FEAS, passando a palavra para a Gisele. Gisele mencionou que o ponto também já passou  
89 pela comissão de fundo e contextualizou que o município conta com o financiamento estadual continuado  
90 para algumas ações dentro proteção especial, mas que anualmente deve ser aprovado o novo plano de ação.  
91 Informou que os planos são muito simples, contemplam o atendimento físico dentro da oferta cofinanciada,  
92 o tipo da despesa e o resumo executivo dos valores. PPAS II – Centro Pop: estimativa de atendimento de 400  
93 jovens, 1000 adultos, 100 idosos e 70 famílias, para custeio, capital e RH, com um total anual de R\$  
94 857.666,67, sendo R\$ 138.000,00 do FEAS, R\$ 276.000,00 do FNAS e R\$ 443.666,67 de recursos próprios.  
95 PPAS IV – Acolhimento de Crianças e Adolescentes: são 40 metas de acolhimento familiar, 100 metas de



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 3896 – Jardim Larsen  
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR  
(43) 3378-0008 – e-mail: [cmaslondrina@gmail.com](mailto:cmaslondrina@gmail.com)

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

96 casa lar e 16 de república para jovens, também com a possibilidade de uso em custeio, capital e RH, num  
97 total de R\$ 4.192.730,67, sendo R\$ 390.000,00 do FEAS, R\$ 780.000,00 do FNAS e R\$ 3.022.730,67 de  
98 recursos próprios por exercício. PPAS V – Acolhimento institucional para adultos e famílias: 80 metas na  
99 casa de passagem e 71 metas no abrigo institucional, para custeio, capital e RH, somando um valor anual de  
100 R\$ 3.736.046,64, entre FEAS R\$ 60.000,00, FNAS R\$ 588.000,00 e recursos próprios R\$ 3.088.046,64. Piso  
101 do Serviço de Acolhimento para pessoas em situação de rua: 69 metas mais as 151 mencionadas no piso IV,  
102 para custeio, capital e RH, totalizando o valor anual de R\$ 5.343.482,28, sendo R\$ 240.000,00 do FEAS, R\$  
103 588.000,00 do FNAS e R\$ 4.515.482,28 de recursos próprios. A diferença desse piso para o IV é a  
104 possibilidade de uso na modalidade de república. Piso doo Serviço de Abordagem Social para pessoas em  
105 situação de rua: previsão de atendimento de 30 adolescentes, 1500 adultos, 50 crianças, 30 famílias e 100  
106 idosos, para custeio, capital e RH, R\$ 120.000,00 do FEAS, R\$ 240.000,00 do FNAS e R\$ 443.666,67 do  
107 FMAS, somando um valor anual de R\$ 803.666,67. Piso do Serviço de Acolhimento Institucional para  
108 mulheres em situação de violência: 20 metas, para custeio, capital e RH, num total de R\$ 39.000,00 do FEAS,  
109 sem cofinanciamento do FNAS e do FMAS pois os recursos estão alocados no orçamento da secretaria da  
110 mulher. A secretária Jacqueline reforçou a necessidade de dialogar com a esfera estadual e federal sobre os  
111 financiamentos, considerando que não há financiamento estadual para a proteção básica, o retrocesso e  
112 diminuição dos valores já pactuados em 60% da esfera federal. Sem mais considerações, ratificou-se o  
113 parecer da comissão de fundo pela aprovação dos planos. Ana Carolina passou a palavra para Josiani, que  
114 iniciou o ponto 5. Apresentação do Incentivo Emergencial para crianças e adolescentes ameaçados de morte.  
115 Josiani colocou que enquanto diretora da proteção social especial, trouxe a proposta da SMAS de utilização  
116 do recurso que foi repassado via FIA para o FMDCA. Contextualizou que desde 2016 já existia um recurso  
117 no CEDCA voltado à proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, mas que não estava sendo  
118 executados pelos municípios. Houve então a deliberação 18/2021, na qual os municípios podem escolher a  
119 forma de executar o recurso, podendo ser benefícios eventuais, guarda subsidiada ou acolhimento  
120 institucional. Considerando que as duas últimas formas não são viáveis no município, optou-se pela adesão  
121 à forma de benefício eventual. O CEDCA não trazia a obrigatoriedade de deliberação pelo CMAS, mas como  
122 os benefícios eventuais no município de Londrina são concedidos apenas via SMAS, foi trazido à pauta. O  
123 recurso é de R\$ 300.000,00 para utilização em dois anos. A proposta de adesão consiste em concessão de até  
124 três parcelas de R\$ 500,00 para a família, podendo ser concedido aos adolescentes maiores de 16 anos ou ao  
125 responsável familiar; nos casos em que seja necessário sair do município, será custeada a passagem rodoviária  
126 e até duas parcelas de R\$ 500,00 reais. Com o valor de R\$ 300.000,00, podem ser inclusos até 8 famílias  
127 mensalmente por 24 meses. Josiani informou também que houve a discussão quanto à cobertura, mas que



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitscheck, 3896 – Jardim Larsen  
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR  
(43) 3378-0008 – e-mail: [cmaslondrina@gmail.com](mailto:cmaslondrina@gmail.com)

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

128 hoje não existe o quantitativo exato, que os atendimentos são realizados geralmente pelo conselho tutelar e  
129 ministério público. O quantitativo que se tem hoje é do atendimento pelo Programa de Proteção a Crianças e  
130 Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAM, um programa federal. Os dados fornecidos pelo PPCAM  
131 mostram que nos últimos dez anos a equipe atendeu 602 pedidos, sendo 124 avaliados e 44 foram incluídos  
132 no programa na comarca de Londrina. A secretária Jacqueline destacou que a pauta é uma responsabilidade  
133 da SMAS e do CMAS, e que é muito importante que o CMAS se coloque protagonista nas deliberações que  
134 são da política de assistência social, as ameaças externas que envolvem outras questões, como o tráfico de  
135 drogas, envolvem outras políticas e tem que ser discutidas. Fabio Sato, psicólogo da defensoria pública,  
136 contextualizou que houveram grandes avanços, que está sendo possível a articulação com a saúde, assistência  
137 social, segurança pública, entre outros, tanto no âmbito municipal quanto estadual, quanto com o comitê  
138 gestor do PPCAM, e ressaltou a importância da definição desses fluxos e protocolos de atendimento. A  
139 conselheira Márcia pontuou a importância ao posicionamento da secretária quanto a criar estratégias para  
140 deixar claro qual o papel da política de assistência social frente à essa demanda, principalmente junto às  
141 outras políticas. Pontuou também a necessidade de alinhamento no atendimento da criança e do adolescente,  
142 nas ações de segurança, tratamento, moradia e proteção, nas diversas situações que o adolescente pode se  
143 encontrar e de qual política pública necessita. Trouxe o relato enquanto membro do CEDCA de que houve a  
144 deliberação, mas que as discussões permanecem. A secretária Jacqueline retomou o processo de discussão  
145 que passou pelos conselhos de assistência, CONGEMAS, nas comissões tripartite, nas quais foi solicitado  
146 inclusive pela SEJUF que para os municípios de grande porte fosse retirada a possibilidade de financiamento  
147 para acolhimento, pois Londrina, entre outras cidades, estava recebendo recomendações da promotoria para  
148 o atendimento integral da deliberação, antes mesmo da determinação pelo CEDCA. Porém a proposta  
149 permaneceu da mesma forma, por isso a importância de posicionamento frente ao estado. Fabio  
150 complementou que o trabalho da comissão é sempre voltado em integrar todas as políticas, sem que uma  
151 sobreponha a outra. Que a possibilidade de concessão de benefícios traz uma nova perspectiva para os  
152 encaminhamentos, dentro dos caminhos e estratégias que estava sendo pensados. A proposta foi aprovada  
153 por unanimidade. A presidente solicitou a inversão dos pontos de pauta, considerando a necessidade de  
154 conselheira que faria o relato das comissões se ausentar. Passou-se então para o ponto 6. Relato das  
155 Comissões. A conselheira Meire iniciou o relato da comissão de inscrição, apresentando a solicitação de  
156 inscrição da OSC Missão Casa Verde. Retomou que a OSC já teve a inscrição provisória na modalidade de  
157 acolhimento institucional, mas que foi cancelada pois a OSC não conseguiu de adequar à política de  
158 assistência na época. A solicitação agora é na modalidade república feminina, o plano de trabalho está de  
159 acordo com as normativas, houve a contratação de assistente social e a OSC informou que vai realizar as



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 3896 – Jardim Larsen  
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR  
(43) 3378-0008 – e-mail: [cmaslondrina@gmail.com](mailto:cmaslondrina@gmail.com)

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

160 demais contratações necessárias para a execução do serviço. A OSC Renascer solicitou inscrição na  
161 modalidade casa de passagem, a OSC já executa uma forma de acolhimento que não está dentro das  
162 normativas na política, mas se propôs a contratar equipe e adequar a metodologia dentro do prazo de 6 meses  
163 para implantação do serviço. Meire destacou que as duas OSC foram chamadas para reuniões, para trazer  
164 para dentro da política e integrar à rede, e que o parecer da comissão é favorável nos dois casos, pois os  
165 documentos já estão em conformidade e espera-se que as OSCs adequem o atendimento dentro do prazo até  
166 a inscrição definitiva. Josiani mencionou a importância de trazer novos parceiros, que já houve um contato  
167 com a Missão Casa Verde em outro momento, mas que na época a metodologia não atendia o que preconiza  
168 a política. Destacou que existe um comando único e um direcionamento pela SMAS, e que os serviços  
169 executados devem atender. A secretária Jacqueline complementou a importância de haver novas OSCs na  
170 rede, mas que a inscrição no CMAS não pode ter como objetivo o financiamento ou outros benefícios e sim  
171 o compromisso com a política pública. Gisele também destacou a importância de ampliar as parcerias e  
172 ofertas, e que no período de inscrição provisória haverá o acompanhamento pelo CMAS e que será retomada  
173 a pauta para a inscrição definitiva, primando pela qualidade da oferta. Sem manifestações contrárias,  
174 aprovou-se o parecer favorável da comissão. Meire continuou o relato da comissão com as solicitações das  
175 OSC Espro e Gerar, que pleitearam a inscrição na modalidade de aprendizagem, informou que houve a  
176 avaliação dos documentos, mas que haverá um atendimento presencial com as OSC para que haja um parecer.  
177 A OSC Cristma solicitou inscrição na modalidade defesa de direitos e também aguarda a reunião para  
178 definição. A OSC Núcleo Espírita Irmã Scheilla tinha inscrição na aprendizagem, mas deixou de executar o  
179 serviço em 2021. A solicitação agora é para o SCFV. Após os apontamentos da comissão para adequação, a  
180 OSC vai refazer o plano de trabalho. A OSC Toca de Assis apresentou o pedido na modalidade acolhimento  
181 institucional, houve uma reunião com a comissão para esclarecer a modalidade solicitada e ainda não houve  
182 nova definição pela OSC. A OSC Flávia Cristina solicitou a inscrição na modalidade de atendimento à pessoa  
183 com deficiência no domicílio, mas houve apontamentos da comissão para adequações. Meire relatou ainda  
184 que a comissão tem os processos da Casa de Maria e Pequena Missão em análise. Jessica, assistente social  
185 da OSC Missão Casa Verde, informou que a metodologia e RH estão sendo adequados e que a OSC está  
186 empenhada em executar o serviço dentro das normativas. Gisele iniciou a fala da comissão de fundo com o  
187 relato do atendimento de duas OSCs beneficiadas com a emenda parlamentar do deputado Diego Garcia.  
188 Uma das questões é a destinação para a Pequena Missão, que conforme discussão anterior, a inscrição no  
189 CMAS no serviço de proteção básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas determina a  
190 possibilidade do uso do recurso da emenda. A emenda previa a aquisição de dois veículos, um de passeio e  
191 um utilitário. O recurso foi executado parcialmente, com a aquisição do veículo de passeio, pois os processos



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 3896 – Jardim Larsen  
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR  
(43) 3378-0008 – e-mail: [cmaslondrina@gmail.com](mailto:cmaslondrina@gmail.com)

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

192 licitatórios resultaram deserto na aquisição do utilitário e hoje o recurso não é mais suficiente. O veículo de  
193 passeio está guardado sem utilização em um dos espaços da SMAS, até a conclusão do processo de inscrição  
194 da entidade. A outra emenda do deputado foi destinada ao Asilo São Vicente, tinha como objeto a aquisição  
195 de duas geladeiras, cafeteira e veículo. Foram entregues as geladeiras, a cafeteira está em processo de  
196 pagamento e o carro estava nos mesmos processos que foram desertos. A proposta era um micro ônibus, mas  
197 hoje o recurso também não é suficiente. Gisele informou que na reunião, houve uma crítica muito grande  
198 tanto pela assessoria do parlamentar quanto pelas entidades quanto à demora dos processos, que a SMAS  
199 reconhece essa demora, mas que os processos licitatórios tem tido pouca resposta e desistências, devido às  
200 condições inflacionárias, considerando que na entrega do item o valor já vai ser maior do que o que foi  
201 apresentado. A reunião teve como encaminhamento a consulta formal às entidades quanto à possibilidade de  
202 alteração de veículo utilitário para veículo de passeio, mas que no caso da Pequena Missão existe ainda a  
203 necessidade de regularização da inscrição para que seja possível a cessão dos veículos. Ana Carolina  
204 manifestou-se enquanto membro da comissão de acompanhamento, mencionando que houve o parecer da  
205 comissão para o cancelamento mas que a OSC apresentou o recurso e o CMAS acatou, portanto a inscrição  
206 continua vigente enquanto não há novas definições. Enquanto relato da Comissão de acompanhamento,  
207 apresentou a prorrogação dos prazos de entrega de plano de ação e relatório de atividades pelo CNAS, até  
208 31/12/2022. Considerando o disposto na Resolução CNAS nº 063, de 14 de março de 2022, aprovou-se a  
209 prorrogação também neste CMAS sem manifestações contrárias. 7. Relato sobre OSC Morada de Deus:  
210 Josiani iniciou a apresentação retomando o prazo até o dia 09/04 que a OSC tinha para realizar a prestação  
211 de contas de tudo que estava pendente. Com relação à Casa de Passagem, há um valor de R\$ 6.164,05 a ser  
212 devolvido referente às despesas não comprovadas e tarifas bancárias. As 4 parcelas retidas que a OSC tem a  
213 receber somam R\$ 370.076,80. Referente ao Pernoite Feminino, o valor a ser devolvido é R\$ 2.829,52 e as  
214 parcelas retidas somam R\$ 92.791,16. A República Moderada tem uma pendência de R\$ 2.254,76 para  
215 devolução e R\$ 175.000,00 referente às 5 parcelas retidas para receber. A OSC tem pendências junto ao  
216 INSS, consequentemente não possui certidão negativa junto à União para poder receber repasses. A proposta  
217 da SMAS é que seja realizado o repasse de duas parcelas de cada parceria para que a OSC possa repor o que  
218 foi executado com recursos próprios dentro da conta das parcerias. Marina, representante da OSC Morada de  
219 Deus informou que foram apresentados os documentos que estavam pendentes e se comprometeu a cumprir  
220 os próximos prazos para que a situação não ocorra novamente. Alexandra, também da OSC, agradeceu a  
221 abertura da SMAS no diálogo para resolução das pendências. Josiani ressaltou que a proposta é que a OSC  
222 passe a cumprir os prazos e os repasses voltem a correr mensalmente. Relatou que houve muitas denúncias  
223 de funcionários que não estão recebendo salários, mas que a retenção foi necessária até o cumprimento dos



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 3896 – Jardim Larsen

CEP: 86.010-230 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: [cmaslondrina@gmail.com](mailto:cmaslondrina@gmail.com)

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

224 dispostos da parceria. Débora explanou os prazos em que ocorrem os pagamentos, que os processos  
225 encaminhados na semana são pagos somente na próxima, por isso mesmo com a liberação das parcelas, o  
226 repasse não é imediato. Considerando o adiantado da hora, os Relatos referente reunião Descentralizada do  
227 CEAS-Umuarama e referente participação no estudo de caso - Ministério Público, referente acolhidos da  
228 OSC Casa do Bom Samaritano ficaram para a próxima reunião. Ana Carolina informou que foi recebido do  
229 Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UEL a solicitação de indicação de um  
230 conselheiro da sociedade civil para compor o comitê, sendo o prazo para a indicação em 22/04. Ficou o  
231 encaminhamento para que o conselheiro que tivesse interesse na participação se manifestasse com a secretaria  
232 executiva para a indicação. Cumprida a pauta e nada mais havendo a tratar, Ana Carolina agradeceu a todos  
233 os conselheiros, finalizou a reunião e eu, Fabiana Ribeiro Oribe, em apoio à secretaria executiva deste  
234 conselho, lavrei a presente ata, que deverá ser submetida à aprovação plenária.